

EDITORIAL

A POLÍTICA E A ECONOMIA CATARINENSE DIANTE DO NOVO GOVERNO ESTADUAL

*Lauro Mattei**

Entre 2015 e 2016 o país conviveu com uma de suas maiores recessões econômicas já registradas, cujos resultados negativos também se espalharam pelas unidades da federação, especialmente em termos de retração das atividades econômicas e de elevação do desemprego e queda dos salários. No ano de 2016, especificamente, a queda do PIB ocorreu de forma generalizada, ao atingir todos os três setores de atividade econômica que são acompanhados pelo IBGE.

A retomada do crescimento econômico do país a partir de 2017 ficou bem abaixo das expectativas que as autoridades econômicas projetaram, isto porque o PIB cresceu apenas 1,0% no referido ano, revelando uma certa recuperação econômica, porém sem repor as perdas ocasionadas durante os dois anos de resultados negativos. O resultado positivo obtido em 2017 levou o governo a afirmar que a recessão tinha acabado e que o país estava entrando em uma nova fase de crescimento. Com esse diagnóstico, ao final de 2017 projetou-se um crescimento do PIB de 2,9% para o ano de 2018; de 3,0% para 2019; e de 2,5% para 2020. O fato concreto é que o resultado de 2018 foi extremamente frustrante, uma vez que o crescimento foi de apenas 1%, derrubando todas as expectativas positivas e colocando a economia num compasso de espera.

No caso específico de Santa Catarina, observam-se dois movimentos distintos. No período mais agudo da crise (anos de 2015 e 2016), verifica-se que a retração das atividades econômicas chegou a ser maior, comparativamente ao Brasil. Em grande medida, pode-se dizer que os efeitos da crise no primeiro ano de recessão foram muito mais intensos no setor secundário, uma vez que a participação da indústria na composição geral do PIB catarinense caiu mais de três pontos percentuais apenas em 2015. Esse processo teve continuidade no ano seguinte, porém em menor intensidade.

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador Geral do NECAT-UFSC e Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Email: l.mattei@ufsc.br.

Com isso, o setor industrial fechou o ano de 2016 com uma participação na composição do PIB ao redor de 27%.

Uma recuperação das atividades econômicas de forma mais visível vem ocorrendo desde 2017, período que tem um crescimento do PIB estimado da ordem de 3%. Informações recentes revelaram que essa recuperação maior da economia catarinense comparativamente à economia nacional deve-se, em grande medida, ao processo de expansão das atividades econômicas puxada pelo crescimento expressivo do setor secundário da economia, particularmente da indústria de transformação, setor que teve um crescimento acima da média estadual, mas que tinha sido o mais prejudicado durante a recessão econômica geral do país. Assim sendo, é normal que esse comportamento ocorra posteriormente a uma queda da magnitude registrada neste setor.

É neste contexto que uma nova equipe liderada pelo mesmo partido do presidente da república foi eleita para comandar os destinos do estado catarinense. Porém, antes de analisar as perspectivas políticas e econômicas frente ao novo governo catarinense, apresentamos breves análises sobre o cenário nacional, especialmente em termos da evolução das atividades econômicas do país e do processo de concentração e distribuição da renda.

Desta forma, o primeiro artigo, intitulado “*Só a retomada do desenvolvimento econômico, não o ajuste fiscal perpétuo, pode salvar o Brasil do colapso*” e de autoria de José Luis Oreiro, mostra que a recessão econômica acelerou o desequilíbrio fiscal da união, com elevação da dívida pública como proporção do PIB, fato que colocou o endividamento da união numa rota insustentável. Após o impeachment da presidente Dilma, o governo Temer buscou contornar os diversos problemas econômicos com três ações que, segundo ele, iriam recuperar as taxas de crescimento do país. A primeira delas consistiu na Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que fixava um teto para os gastos federais, medida que foi aprovada pelo Congresso Nacional (CN) ainda no final de 2016. Além disso, e sob um cenário de desemprego elevado, também se aprovou a segunda proposta em meados de 2017, que reformou a legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que a terceira proposta – da reforma da previdência – não avançou no CN. Mesmo com essas reformas, ao final de 2017 o crescimento do PIB foi pífio, fazendo com que a economia se situasse num patamar pior daquele verificado em 2013. Na sequência, o crescimento de 2018 frustrou todas as expectativas do governo federal e o país praticamente parou.

Foi nesse contexto que o povo elegeu um “outsider” da política tradicional para governar o Brasil. A agenda econômica desse novo governo pressupõe um ajuste fiscal, por meio da reforma da previdência, além de um amplo programa de privatizações como estratégia central para recuperar a economia do país. Frente a este cenário, o autor afirma que o problema brasileiro não é uma crise fiscal, mas sim uma crise estrutural marcada pelas baixas taxas de crescimento. As razões que explicam grande parte dessa trajetória dizem respeito à perda gradual da participação da indústria de transformação no PIB do país. Para tanto, Oreiro finaliza seu artigo apontando que o Brasil precisa retomar uma agenda de desenvolvimento que, em sua opinião, prescindem de dois fundamentos essenciais: a adoção de um novo regime de política macroeconômica e a adoção de uma nova política industrial, científica, tecnológica e de comércio exterior.

O segundo artigo, intitulado “*Apontamentos sobre a recente Redução da desigualdade de renda pessoal no Brasil*” e de autoria de Juliana Santos, Fernando Augusto Mansor de Mattos e João Hallak Neto, analisa a desigualdade da distribuição de renda no Brasil a partir de outras dimensões da desigualdade, que vão além a renda do trabalho. Neste caso, os autores procuram discutir a evolução da desigualdade no Brasil, no período entre 2003-2014, levando em consideração não só o aspecto da distribuição de renda do trabalho, mas também a partir dos rendimentos pessoais de outras fontes, dando a essa interpretação um caráter multidimensional. Os autores justificam a escolha do período entre 2002 e 2014 por entender que o mesmo contempla a implantação de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, além da expansão do emprego formal e da adoção da política de valorização do salário mínimo. Partindo do pressuposto de que as transformações ocorridas na economia brasileira ao longo do período 2002-2014 impactaram sobre o perfil da distribuição pessoal da renda no Brasil, os autores analisaram os efeitos das políticas econômica e sociais sobre a desigualdade econômica brasileira. Para tanto, utilizaram dados de rendimentos pessoais de diversas fontes de renda e também informações sobre a evolução da distribuição funcional da renda.

Como conclusões, a própria versão dos autores mostrou que os resultados indicaram que, entre 2002 e 2014, houve uma importante redução da desigualdade pessoal da renda. Contribuíram decisivamente para isso, tanto as melhorias verificadas no mercado de trabalho (geração de empregos formais que levaram a uma situação próxima ao pleno emprego), como a adoção de políticas sociais e também a recuperação do valor real do salário mínimo. Isso permitiu aos autores afirmar que os indicadores de

distribuição funcional da renda refletem a expansão do emprego e da massa salarial no período, os quais corroboram com os indicadores verificados na distribuição pessoal da renda. Além disso, o estudo indicou que entre 2014 e 2015, com a crise política e a retração das atividades econômicas, já foram constatados sinais nítidos de reversão da melhoria do perfil distributivo verificado nos anos anteriores.

O terceiro artigo, intitulado “*O fim do consórcio no poder em Santa Catarina e as perspectivas para o governo de Carlos Moisés da Silva*” e de autoria de Daniel da Cunha Corrêa da Silva e Maurício Mulinari, analisa o cenário político catarinense após a dissolução da “tríplice aliança política” que vigorava no estado desde 2003, bem como as perspectivas do governo Carlos Moisés da Silva, integrante do mesmo partido do atual presidente da república.

Como sintetizam os próprios autores “a eleição de Carlos Moisés da Silva representa uma alteração no consórcio de poder político em Santa Catarina. Depois de um pacto estabelecido desde 2002, com MDB, PSD e PSDB no comando da política catarinense, a crise brasileira produziu alterações profundas no comando do sistema político, alçando ao poder um desconhecido para a esmagadora maioria da população, mas que encarnou um desejo de mudança assimilado por boa parte dos cidadãos do estado. Desde 2012, inúmeras iniciativas foram tentadas pelo consórcio no poder para postergar sua vitalidade, mas seu prazo de validade havia expirado. Estima-se, neste texto, que a correlação de forças atualmente em Santa Catarina joga água no moinho de uma saída mais radicalizada à direita, da qual Moisés, mesmo que não pareça orgânico, fará parte como instrumento de manutenção de prestígio e poder junto ao sistema político. Longe de representar qualquer tipo de inovação substancial, Moisés padecerá do desafio de tentar articular sua sobrevivência em meio à intensificação da crise brasileira, derivada das políticas ultraliberais de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro. Aos estados federados, caberá a condição de estender os ataques ao serviço público e à população em geral, sempre em favor dos capitalistas catarinenses”.

O quarto artigo, intitulado “*Perspectivas da economia catarinense frente ao novo governo estadual*” e de autoria de Lauro Mattei, analisa o cenário futuro da economia de Santa Catarina à luz dos resultados econômicos recentes e das proposições do atual governador. No primeiro caso, observou-se que durante o período mais agudo da crise (anos de 2015 e 2016) os efeitos da crise no primeiro ano foram muito mais intensos no setor secundário, uma vez que a participação da indústria geral na composição do PIB catarinense caiu mais de três pontos percentuais apenas no ano de

2015. Esse processo teve continuidade no ano seguinte, porém em menor intensidade. Neste período, verificou-se, também, que o setor terciário serviu de colchão amortecedor, particularmente nos períodos mais graves da crise, uma vez que passou a responder por 67% do PIB catarinense. Com isso, vem se consolidando no estado uma dinâmica produtiva cada vez mais assentada no setor terciário da economia. Dados estimados do PIB catarinense para 2017 revelam uma recuperação maior da mesma comparativamente à economia nacional. Em grande medida, o processo de expansão das atividades econômicas está sendo puxado pelo crescimento expressivo do setor secundário da economia, particularmente da indústria de transformação. Mesmo que a economia catarinense tenha dado sinais de uma pequena recuperação, é importante registrar que a conjugação de diversos fatores adversos – desindustrialização precoce, déficits sequenciais na balança comercial, dívida pública em expansão e redução das taxas de investimento – pode se constituir em um forte empecilho para a retomada do crescimento econômico estadual em bases mais sólidas.

Neste contexto, o autor mostra os limites observados nas proposições do atual governo. Por um lado, o plano de governo apresentado durante as eleições apresenta, em apenas cinco páginas, um conjunto de ideias dispersas e confusas que se encontram sintetizadas em quatro breves seções. De forma bastante ponderada, pode-se afirmar que o documento apresentado à população pelo candidato à governador, Sr. Carlos Moisés da Silva (PSL), sequer poderia ser chamado de “Plano de Governo” porque revela um profundo desconhecimento dos reais problemas dos catarinenses, bem como suas proposições nada mais são do que meras generalizações ideológicas com pouca aderência à realidade. Por outro, o documento “Relatório de Transição de Governo 2018-2019” mostra que tal transição foi feita em uma única direção e a partir de uma única visão: o olhar sobre a atual estrutura administrativa do estado. Em todo o documento não é possível encontrar um breve diagnóstico sequer da situação econômica estadual, tanto setorial como agregada, bem como um diagnóstico preciso sobre os principais problemas nas áreas de saúde, educação, segurança pública, emprego, assistência social, etc. Todas as discussões desembocam na situação fiscal e financeira do estado e na necessidade de se fazer um ajuste das contas públicas (fiscal).

Com isso, o autor conclui que o documento da transição de governo apresenta apenas alguns diagnósticos precários, além de um conjunto de proposições restritas à esfera da administração pública estadual. Com isso, todo processo de transição se reduziu a uma proposta de governo estadual por um período de quatro anos visando

quase que exclusivamente a intervenção na estrutura administrativa governamental sem qualquer mediação com os mais distintos setores que compõem a sociedade catarinense, seus problemas e seus desafios.

O quinto artigo, intitulado “*Cidade, estado e sociedade civil: reflexões sobre a participação popular no planejamento urbano de Florianópolis*” e de autoria de João Luís Abrantes Bertoli, analisa a participação da sociedade civil na discussão e definição do plano diretor da cidade de Florianópolis, espaço geográfico que apresenta um crescimento urbano desordenado. Para tanto, o autor procurou observar os conflitos e disputas entre os diversos atores envolvidos neste processo de construção de uma política pública. Por um lado, e nas palavras do próprio autor, o crescimento urbano de Florianópolis engendrou a emergência de empresas dos ramos do turismo, da construção civil e também do mercado imobiliário, cujos agentes procuraram se articular com outros segmentos da classe social dominante a fim de barrar propostas de cunho popular, que ameaçam a hegemonia político-ideológica dos principais setores econômicos da cidade.

Por outro lado, a articulação entre ambientalistas, comunidades, profissionais da área, etc. não foi capaz de deter o ímpeto dos interesses da classe dominante para região metropolitana de Florianópolis. Segundo o autor, neste caso observa-se um movimento dialético típico de uma democracia burguesa em que abre-se espaço para novos agentes participarem, contudo como os aparelhos de opressão e ideológicos são controlados pela classe burguesa, esta última encontra formas e meios de lidar com aqueles que se opõem à ordem, mesmo em um ambiente “democrático”.

Neste contexto, e como uma conclusão geral, o autor elencou três desafios centrais para uma nova agenda de pesquisa nesta área, os quais reproduzimos na sequência: 1º) é preciso entender que os movimentos populares contra a ordem urbana neoliberal esbarram, não somente em forças institucionais (órgãos federais, estaduais, executivo, legislativo e judiciário), mas também em articulações no interior da sociedade civil oriundas dos interesses das próprias classes dominantes; 2º) deve-se analisar as questões das cidades por meio de uma abordagem que entenda as construções políticas e ideológicas como expressão da luta de classes que ocorre no interior das urbes; 3º) os estudos na área devem contemplar uma revisão crítica do que foi a “abertura democrática” e a institucionalização da participação popular nas discussões sobre o meio urbano brasileiro.



A Revista NECAT procura sempre estimular o debate sobre temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico catarinense, por entender que, enquanto universidade, temos um papel a cumprir junto à sociedade catarinense. Neste sentido, e dando continuidade a essa missão, estamos disponibilizando o presente número, cujo foco de análise se concentra nas perspectivas econômicas e políticas frente ao novo governo estadual.